

ARTIGO DE OPINIÃO

Autor

Maria Eugénia André - Docente da Faculdade das Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior - Professora Associada Convidada
Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE

Ano de 2020, em janeiro iniciou-se uma nova era.

Sabia-se da existência do Novo Coronavírus (2019-nCoV). Este existia no outro lado do mundo, com origem na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Disseminou-se a outros locais e outros continentes e, assim, iniciou-se a era da Pandemia Covid 19.

Pensou-se que não “atravessaria” fronteiras e não chegaria à Europa, no entanto, o engano e a falsa noção de realidade, concretizou-se, quando, a 2 de março, Portugal teve o primeiro caso. Recordemos o início da Pandemia no nosso país, trouxe tempos difíceis para todos. O desconhecido, a incerteza, a adaptação, a necessidade de agir rápido, o ensino e a formação no manuseamento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a abordagem e a atuação através de protocolos, orientações e normas, a separação de estruturas físicas, enfim, tudo o que foi necessário para proteger e separar utentes, doentes e acompanhantes, mas também profissionais de saúde, quer a nível físico, organizativo, como psicológico.

Estamos a viver uma experiência única nas nossas vidas. Muitos nunca passaram por qualquer dificuldade, mas aqueles que já sofriam muitas privações, como fome, guerra, entre outras, viram ainda a sua vida piorar e destruir-se. Esta Pandemia trouxe uma destruição marcada, uma catástrofe económica e social, com uma enorme perda de vidas humanas, e uma alteração profunda do nosso quotidiano e abordagem social.

Em relação ao mundo laboral e educacional, existiram alterações marcadas, com recurso a novas tecnologias, que permitiram a manutenção de funções não presenciais através de teletrabalho e ensino à distância. No entanto, este modo de vida, apesar de conter o contágio da doença, não é de todo sustentável, dado que origina um isolamento social profundo, com as complicações inerentes do ponto de vista de saúde mental.

O Sistema Nacional de Saúde (SNS) foi “posto à prova”. Foi o primeiro a ter um colossal embate juntamente com a proteção civil, forças de segurança, bombeiros e entidades de apoio social.

Nesta “guerra”, porque é assim que a vemos, guerra contra um vírus, “um vírus desconhecido”, mas com grande transmissibilidade entre os seres humanos, as palavras de ordem foram: uso de máscaras, higienização de mãos e superfícies, distanciamento social e, de repente, confinamento. A vida piorou, a vida mudou, as cidades ficaram desertas, só os profissionais essenciais circularam! Profissionais com medo, mas excelentes profissionais, que cumpriam as normas, zelavam pelo doente, por eles e pelos outros, protegendo-se entre si.

Os médicos especialistas de Medicina Interna, de Infeciologia, de Pneumologia, de Medicina Intensiva, de Medicina Geral e Familiar e de Saúde Pública foram poucos para a crise que se instalou em março de 2020. O mesmo aconteceu com Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, tendo sido necessário recrutar profissionais para o SNS. Um SNS, com fragilidades, dificuldades económicas e estruturais, mas que demonstrou ser capaz de uma resposta universal e com equidade, com empenho absoluto dos seus profissionais, altruístas, competentes e decididos, um contributo único na resposta estrutural à Covid 19.

Os hospitais reinventaram-se, modificaram e criaram serviços e circuitos diferenciados para tratar doentes Covid 19, sem infetar os outros doentes. A Medicina Interna teve um papel essencial no percurso desta Pandemia!

Portugal, em alerta desde o início do aparecimento do vírus SARS-Cov-2, teve oportunidade para se preparar. A 19 de março decretou o estado de Emergência, quando ainda “estávamos no início” do surgimento de casos confirmados.

Durante, e ao longo do ano de 2020, fomos assistindo a vários cenários: menor número de casos após o primeiro confinamento, uma segunda vaga após o período de verão e, infelizmente, uma terceira vaga, a mais vigorosa, após as épocas festivas natalícias. Foi assim que se voltou novamente ao confinamento total após um ano de Pandemia, “regresso ao passado indesejado”.

Esta situação leva-me a refletir que a múltipla mensagem dos responsáveis políticos, da saúde e do conhecimento não foi devidamente entendida pelos portugueses. Os internamentos hospitalares foram muitos, a área de cuidados intensivos, apesar do grande incremento de camas ao longo do ano, ficou sobrelotada e as perdas de vidas aumentaram, sendo a Covid 19, atualmente, a quarta causa de morte em Portugal. Os profissionais de saúde, já exaustos, viram as dificuldades e apelaram “ao bom senso” e cumprimento das normas, bem como muitos portugueses que acompanharam a situação epidemiológica.

2021 chegou e com ele a esperança de retornarmos a vida normal, por via da vacinação iniciada a 27 de dezembro. Destaco a grande capacidade do mundo do conhecimento, nomeadamente da comunidade médica e cientista, que, analisando a situação, se revelou imprescindível para, com assertividade, e num “curto espaço de tempo” (9 meses), criar uma vacina através da metodologia aplicada ao RNA. Assim, a implementação maciça das vacinas é o desafio e a prioridade em 2021, tendo de se elaborar uma estratégia para vacinar o maior número de pessoas, o mais rapidamente possível, dando prioridade aos grupos de risco.

“É um dever cívico vacinarmo-nos” porque a imunidade de grupo é o caminho para travar a Pandemia, por isso, devemos vacinarmo-nos todos (exceção os menores de 16 anos).

Sabemos que as várias variantes do vírus são mais contagiosas e já foram detetadas as seguintes: variante do Reino Unido (58,2% de transmissibilidade), África do Sul e as variantes P1, P2 e com mutação na proteína Spike -C16.

Pelo que foi referido, Portugal não está livre de ter uma quarta vaga, pelo que o desconfinamento de março de 2021 deve ser estratégico e faseado.

Estou convicta de que os portugueses retiraram a ilação de que os hospitais, nomeadamente o recurso ao Serviço de Urgência, deve ser reservado para doença aguda ou crónica grave e que coloque a vida em risco.

Estou igualmente convicta que o mundo compreendeu que só com resiliência, altruísmo, equidade e prezando a sustentabilidade do planeta, todos a “rumar para o mesmo mundo”, países ricos e pobres, podemos travar Pandemias, catástrofes e outras situações com que nos iremos deparar.

Sabemos que existirão outras Pandemias, não sei se irei vivê-las como vivi a Covid 19, sei apenas que o SNS deverá estar mais bem organizado, reforçado e capaz de resistir; resistir num todo, com profissionais de saúde mais bem preparados, motivados e, acima de tudo, com uma estrutura e força mental focadas no prevenir a doença dos que nos procuram, porque a promoção de saúde e prevenção de doença são pontos fundamentais para uma vida e um envelhecimento saudáveis.